

Fábio Rivas/CLDF



Uso e ocupação do solo

2

LUOS vai padronizar normas para uso de lotes

Silvio Abdon/CLDF



Matéria especial

5

Legislativo: espaço para reivindicações populares

Carlos Gandra/CLDF



Cidades

7

Ceilândia, uma cidade em constante mutação

Emenda garante R\$ 45 milhões para Fundo da Criança e Adolescente

Câmara Legislativa aprova proposição que destina parte da receita do Tesouro para projetos financiados pelo FDCA

Aprovada pela Câmara Legislativa, a Emenda à Lei Orgânica nº 76/2014, que destina 0,3% da receita tributária líquida do DF para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA), entrou em vigor em 25 de abril. Na prática, isso significa que os repasses do governo aos projetos de atendimento de crianças e adolescentes vão pular de praticamente zero para cerca de R\$ 45 milhões em 2015.

A novidade está sendo comemorada pelas entidades que defendem os direitos da criança e do adolescente e, também, por gestores do governo responsáveis pelas políticas para esse segmento. A emenda, vale destacar, proíbe que os recursos do Fundo sejam contingenciados ou remanejados para outras finalidades.

“Com essa emenda proposta pela Câmara Legislativa, vamos poder tirar do papel e colocar em prática direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente”, elogia Valdemar Martins da Silva, presidente da Casa de Ismael – Lar de Crianças, instituição localizada na 913 norte.

Segundo Valdemar, hoje apenas um dos projetos da entidade conta com recursos do FDCA: o Adolescente Aprendiz. A iniciativa oferece qualificação para 60 adolescentes em áreas como informática básica, eletricista básico e administração. Com o aumento dos recursos do Fundo, o presidente da Casa de Ismael estima que os cursos vão poder contemplar mais de 300 jovens. Além disso, o incremento nos recursos deve permitir que mais crianças sejam acolhidas pela instituição.

Números

Os números dos últimos anos indicam que há motivos para euforia. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Fazenda do DF, os repasses de recursos do Tesouro para o Fundo são irrisórios. Nos anos de 2010, 2012 e 2014 nenhum centavo do governo foi repas-



O FDCA investe na criança e no adolescente, financiando projetos executados por órgãos governamentais e entidades sem fins lucrativos. Na foto, crianças da Casa de Ismael, que abriga 50 meninos e meninas

sado para o FDCA. Em 2011, foram repassados somente R\$ 928,60. E em 2013, o repasse foi de R\$ 53.247,00.

Em 2015, os recursos do Fundo vão subir mais de 45 vezes somente com repasses do Tesouro

O que tem salvado o Fundo e os projetos por ele apoiados é a captação de recursos junto a empresas e cidadãos, a outra fonte de receita possível. Para se ter uma ideia da importância da emenda aprovada pela CLDF, o orçamento total do Fundo para este ano, incluindo os repasses do GDF e a captação, é de apenas R\$ 900 mil. A partir do próximo ano, com a obrigatoriedade de destinação, esse valor vai subir mais de 45 vezes somente com repasses do Tesouro do GDF.

A ex-deputada Luzia de Paula (PEN)

é autora da Emenda à Lei Orgânica e destaca que os recursos serão muito importantes para atender, principalmente, as crianças e os adolescentes em situação de risco social. “Estou extremamente feliz com esta conquista e acredito que os recursos podem possibilitar um futuro melhor e mais digno para os pequenos. Mas ainda temos que avançar mais e trabalhar para que esse dinheiro seja realmente aplicado em benefício deles”, afirma.

Gestão

O FDCA é gerenciado e administrado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), formado por representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do GDF. Para o presidente do Conselho, Clemilson Gra-

ciano da Silva, da União Norte Brasileira de Educação e Cultura (UNBEC), a partir do próximo ano o DF estará diante de uma nova realidade, e os objetivos serão levar adiante as políticas de proteção e fortalecer as entidades da sociedade civil no trabalho de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O presidente acredita que os recursos vão proporcionar um impacto positivo na qualidade de vida de meninos e meninas. Mas também demonstra preocupação com o desafio de preparar o Conselho para gerir o Fundo. Segundo ele, será necessário dar melhores condições de funcionamento ao Conselho para que os recursos sejam aplicados efetivamente na mudança das vidas de crianças e adolescentes. (Continua na página 3)



Câmara Legislativa retoma produção do **Jornal Distrital**

Mensal, publicação tem tiragem de 50 mil exemplares

O **Jornal Distrital** volta a ser publicado com um novo projeto gráfico e conteúdo editorial aprimorado, após um período fora de circulação. Impresso na Gráfica do Senado – fruto de cooperação técnica estabelecida entre a Câmara Legislativa e o Senado Federal –, a publicação chega às ruas do Distrito Federal, mensalmente, com a marca da autonomia e da independência em seu processo de produção.

O objetivo do jornal é cumprir a missão de informar sobre as atividades da Casa. Por isso, os debates em plenário, as discussões e as votações nas comissões permanentes e temporárias, os debates

nas audiências públicas e os pronunciamentos dos parlamentares nas sessões ordinárias vão receber sempre um tratamento de forma isenta e profissional, como recomendam as normas do bom jornalismo público.

Se a Câmara Legislativa é a casa dos brasileiros, seus veículos de comunicação devem repercutir as atividades parlamentares e os anseios e lutas de nossa sociedade. Em última instância, o **Jornal Distrital** deve contribuir, portanto, para o desenvolvimento do exercício consciente da cidadania e da participação, por meio da divulgação dos princípios e práticas da democracia representativa.

LUOS padronizará normas gerais de uso de lotes no Distrito Federal

Especialistas em urbanismo afirmam que um dos maiores problemas do Distrito Federal é a ocupação desordenada de terrenos. Um dos motivos é a falta de definição de regras claras e padrões. A Câmara Legislativa está perto de aprovar um projeto que finalmente vai estabelecer os parâmetros urbanísticos e normas gerais para o uso e a ocupação do solo.

O projeto de lei complementar nº 79/2013, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do DF (LUOS), foi encaminhado pelo Executivo à Câmara em setembro do ano passado e desde então vem sendo analisado pelos deputados distritais e debatido com a sociedade. A previsão é a de que a proposta seja votada até o final do primeiro semestre.

Em 135 artigos, o projeto padroniza as regras de mais de 700 mil imóveis em todo o DF. Apenas as áreas localizadas no perímetro tombado como patrimônio histórico da humanidade não serão regulamentadas pela futura lei, já que serão abarcadas pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB).

O mérito da proposta está sendo analisado pelas comissões de Assuntos Fundiários (CAF) e de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Casa. Neste processo, a CLDF já realizou mais de 25 audiências públicas, algumas nas próprias cidades. A partir de reivindicações da população, os deputados apresentaram, até o início de maio, 66 emendas com sugestões ao texto inicial.

Na avaliação do deputado Cristiano Araújo (PTB), presidente da CAF, a LUOS vai corrigir problemas que algumas cidades enfrentam por falta de normas claras e, também, por conta de conflitos entre as regras existentes. Para ele, a lei vai garantir mais qualidade de vida nas áreas residenciais e impulsionar a economia local, proporcionando empregos e oportunidades. “A ideia é harmonizar a área urbana do DF, centralizar as regras e normas para a ocupação e uso do solo em atividades comerciais e habitacionais”, explica.

A LUOS tem também o papel de adequar a legislação local ao Estatuto da Cidade e complementar o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT). Na exposição de motivos que acompanha o

projeto, o secretário de Habitação do GDF, Geraldo Magela, destaca que “um dos principais méritos da LUOS é simplificar e sintetizar a legislação de uso e ocupação do solo, atualmente diluída entre uma enorme gama de normas, muitas delas bastante desatualizadas e fragmentadas”. Segundo Magela, a lei facilitará a consulta e o entendimento da população sobre os parâmetros de ocupação dos lotes, propiciando sua correta utilização.

A LUOS indica para cada cidade um mapa de uso de acordo com sua zona e um quadro com os parâmetros de ocupação, indicando as áreas de uso residencial exclusivo; uso residencial com autorização para algumas atividades no âmbito doméstico; uso exclusivamente comercial ou industrial, entre outras.

Além disso, a proposta define a altura máxima da edificação; o número de pavimentos; o número mínimo de vagas de estacionamento, entre outros parâmetros. O PL especifica, por exemplo, terrenos que poderão abrigar postos de combustíveis junto com atividades de comércio de veículos e supermercados.

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/DF), Thiago Teixeira, aponta falhas no projeto da LUOS. Dentre as principais críticas, estão o excesso de regulação no espaço privado e pouca do solo público, a falta de interface com as terras rurais e uma política considerada simplista para as áreas de interesse social. “A LUOS também não tem diretrizes objetivas quanto ao não estímulo do transporte individual”. A cidade de São Paulo, segundo explica o arquiteto, está estipulando um número máximo de vagas dentro do lote privado, ao invés de um número mínimo, como ocorre no DF e na maioria das localidades brasileiras.

>> Agenda

04/06, às 10h

Audiência Pública – Lei de Diretrizes Orçamentárias
Local: Plenário da CLDF

06/06 às 15:00h

Audiência Pública – Economia Solidária e Artesanato
Local: Plenário da CLDF

09/06, às 15h

Audiência Pública – Desapropriação das terras ocupadas pela Embrapa Cerrados
Local: Plenário da CLDF

13/06, às 15h

Audiência Pública – Servidor Público num Estado Democrático e Participativo
Local: Plenário da CLDF

18/06, às 10h

Sessão Solene – Dia do Orgulho Autista
Local: Plenário da CLDF

24/06, às 10h

Sessão Solene – Dia de São João
Local: Plenário da CLDF

25/06, às 10h

Sessão Solene – Dia do Atleta Brasileiro
Local: Plenário da CLDF

27/06, às 10h

Sessão Solene – Dia do Combate às Drogas
Local: Plenário da CLDF

Palavra do leitor

(61) 3348-8285
palavradoleitor@cl.df.gov.br

Espaço destinado a opiniões, críticas e sugestões dos leitores. **Participe!** Os e-mails devem incluir nome completo, endereço e identidade.



A Lei de Uso e Ocupação do Solo abrange mais de 700 mil imóveis

Jornal Distrital

Mesa da Câmara Legislativa

Presidente: Wasny de Roure - PT
Vice-presidente: Agaciel Maia - PTC
1º Secretária: Eliana Pedrosa - PPS
Suplente: Liliane Roriz - PRTB
2º Secretário: Prof. Israel Batista - PV
Suplente: Joe Valle - PDT
3º Secretário: Aylton Gomes - PR
Suplente: Cristiano Araújo - PTB
Corregedor: Patrício - PT
Ouvidor: Evandro Garla - PRB
Secretário-geral: George Burns

Coordenadoria de Comunicação Social

Coordenador: Pedro Arruda
Redação: Térreo Inferior
Horário de funcionamento: de 8h30 às 19h
Fone: (61) 3348-8282
Seção de Divulgação:
Denise Caputo
Seção de Relação com a Imprensa:
Bruno Sodré
Seção de Relações Públicas:
Selma Mendes Mesquita

Equipe do Jornal Distrital

Chefe de Reportagem: Denise Caputo
Editores: Bruno Sodré, Denise Caputo e Marco Túlio Alencar
Repórteres: Luís Cláudio Alves, Marco Túlio Alencar, José Coury Neto, Zildenor Dourado e Zínia Araripe
Projeto gráfico: Diogo Lima
Fotografia: Carlos Gandra, Fábio Rivas, Silvio Abdon e Rinaldo Morelli



Praça Municipal, Quadra 2
Lote 5, Edifício Sede
CEP: 70.094-902 - Brasília/DF

www.cl.df.gov.br

>> Mais recursos para crianças e adolescentes

Emenda à Lei Orgânica aumenta em 45 vezes as verbas destinadas à proteção da infância

(Continuação da capa) Pelo lado do governo, o otimismo também é grande. O assessor especial do gabinete da Secretaria da Criança, Cleidson Figueiredo, ressalta que a política da infância necessita dos recursos e destaca que caberá ao Conselho definir as prioridades de investimento.

Pedro Oto de Quadros, promotor da Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Ministério Público do DF, qualificou a aprovação da emenda como “uma vitória histórica para Brasília”.

Qualquer cidadão pode fazer doação ao FDCA, contribuinte ou não do imposto de renda

É direito de todo contribuinte destinar parte de seu imposto de renda para assegurar os direitos da infância e da adolescência.

Pessoa física

A lei permite o desconto de até 6% do imposto de renda devido. Para fazer uso desse benefício, é preciso que a declaração seja feita no formulário completo e que a destinação seja feita no ano-base da declaração de imposto de renda, ou seja, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Pessoa jurídica

Todas as empresas tributadas pelo lucro real podem deduzir contribuições feitas ao FDCA. Essa dedução é limitada a 1% do imposto de renda devido.

>> Saiba mais

O FDCA é constituído por recursos públicos oriundos de repasses orçamentários, doações voluntárias ou parte do imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, recursos esses destinados a implementar as políticas de atendimento, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, cabendo ao CDCA o controle, gerenciamento e fiscalização desses recursos.

O FDCA investe na criança e no adolescente do DF, financian-

do projetos e programas executados por órgãos governamentais e entidades não governamentais sem fins lucrativos que atendam à criança e ao adolescente.

No financiamento de programas, o CDCA prioriza ações que visem a incentivar o acolhimento de crianças e adolescentes órfãos ou abandonados e implantar e desenvolver ações, programas, projetos e serviços para as crianças e os adolescentes com direitos ameaçados ou violados.

Eleições | Legislação em debate



Este é mais um ano de eleições no Brasil. Em outubro próximo, os brasileiros vão às urnas para eleger presidente e vice da República, governadores, senadores e deputados federais, estaduais e distritais. Atenta a isso, a Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou gratuitamente, até o final de maio, dois cursos e sediou um congresso de direito eleitoral.

Os cursos envolveram uma abordagem introdutória de normas e regras do processo eleitoral. Já o congresso – promovido com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF) – aprofundou discussões sobre a Lei da Ficha Limpa, os limites da propaganda eleitoral e o financiamento de campanhas. Segundo o procurador-geral da CLDF, Sérgio Nogueira, um dos organizadores do congresso, a Casa tem se empenhado em discutir a correta aplicação da legislação eleitoral com a sociedade. “Não podemos tolerar abusos”, defende.

Saúde | Projetos ampliam transparência



Dois projetos de lei de autoria de distritais devem garantir mais transparência aos usuários dos serviços de saúde pública do DF. Ambos já passaram pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) e seguem tramitando na Casa. Um deles é o PL nº 1.508/2013, do deputado Cláudio Abrantes – PT (foto), que obriga o GDF

a disponibilizar na rede mundial de computadores e no *Diário Oficial do DF* a demanda reprimida da saúde, incluindo a divulgação da ordem cronológica dos exames e consultas a serem realizados, com a publicação do número do cartão do SUS do paciente.

O outro é o PL nº 1.101/2012, do deputado Dr. Michel (PP), que tramita junto com o PL nº 1.136/2012, do deputado Robério Negreiros (PMDB). A matéria determina à Secretaria de Saúde a divulgação, em sua página oficial na internet e em painéis informativos nos postos de saúde, da relação de medicamentos disponíveis e daqueles em falta nos estoques da rede pública. Ao ser apreciada pela CESC, a proposta recebeu uma emenda, acrescentando a previsão de divulgação da data de compra dos remédios em falta e da data em que serão entregues.

Entenda – Tramitam na Câmara Legislativa diversos projetos na área de saúde. Todos eles precisam ser analisados pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC), presidida pela deputada Liliane Roriz (PRTB). As reuniões ordinárias do colegiado acontecem quinzenalmente, sempre às quartas-feiras.

Entrevista

Wasny de Roure: articulação e mediação de conflitos

Como a CLDF tem atuado na mediação de interesses, como no caso dos servidores públicos?

A Câmara tem um histórico de diálogo intenso com servidores e tem espaço para negociar com o governo. O recente episódio que envolveu as carreiras socioeducativa e de assistência social, por exemplo, revelou uma falha de construção do próprio Executivo, que acabou transferindo uma situação de conflito para o Legislativo. Temos que ter respeito com relação ao que foi construído no Executivo, mas é preciso também respeito com a história de carreiras e categorias.

Cite outros casos de mediações e diálogos ocorridos neste primeiro semestre.

A Câmara tem tratado com frequência de situações conflituosas – como no caso da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), com relação aos erros cometidos na convocação de aprovados. Há também questões pertinentes a condomínios e ao processo de intensificação de derrubadas de construções irregulares. Além disso, há a questão do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF). O governo prometeu recursos que não tinha, e muitas escolas se endividaram. Isso acabou sendo tratado na CLDF, onde debates dessa natureza são frequentes e demonstram como a Casa é, necessariamente, um agente de fiscalização e de equacionamento de conflitos.

Sobre a articulação com os municípios do Entorno, qual tem sido o papel da CLDF?

Essa matéria é muito complexa, porque não há nenhuma legislação que a delinhe, a não ser o conceito da Ride [Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno], que é muito abstrato para uma realidade concreta de demanda de instrumentos públicos, emprego e transporte, por exemplo. E Brasília acaba sendo uma cidade de apoio à população do Entorno, embora não exista

um entendimento entre as unidades da Federação. O mais lamentável é que as autoridades não se interessem em trabalhar para maximizar o uso dos equipamentos e recursos públicos, independentemente do estado a que pertença o cidadão.

A Câmara Legislativa tem procurado disponibilizar sua Escola do Legislativo e promovido vários encontros com vereadores, buscando uma aproximação. É possível trabalharmos soluções para questões como o lixo, o abastecimento de água e o tratamento de esgoto.

O DF tem uma função especial nesse processo?

Brasília não pode ignorar que o orçamento da União tem sido bastante favorável à nossa realidade. E não é honesto, ainda que na contabilidade o dinheiro entre para o DF, ignorarmos a dura realidade dos nossos irmãos mineiros ou goianos que interagem com Brasília. Não podemos nos tratar como quadrilátero de privilegiados, mas como quadrilátero que tem compromisso com a realidade social ao redor de Brasília.

Quais são os principais desafios para o Entorno?

Eu começaria pela área da infraestrutura, do transporte, do abastecimento de água e do equacionamento das questões de esgoto. Mas, naturalmente, há um conjunto de outras medidas na área da saúde, das políticas sociais e da agricultura. E, também, na área de turismo. Há muito espaço para trabalharmos conjuntamente, mas infelizmente nossos governantes não têm valorizado esse espaço político. Talvez alguns pensem em espaço político como sinônimo do número de eleitores. Eu penso espaço



Deputado Wasny de Roure, presidente da CLDF

político como construção da cidadania.

Na aproximação com a população, o que tem sido feito para ampliar a transparência das atividades da CLDF?

A CLDF tomou algumas iniciativas importantes, como a divulgação em sua página na internet do sistema de processo legislativo como um todo. A Câmara presta conta de toda a verba indenizatória, tornando públicos, inclusive, contratos e notas. A Casa introduziu o prego eletrônico. E está buscando solução para a TV Distrital, cujo edital de licitação deve ser publicado nos próximos dias.

Quais as pautas prioritárias em debate na Casa?

Há o Plano Distrital de Educação, sobre o qual temos que aprofundar a discussão, e há também o debate sobre a gestão democrática de recursos públicos nas escolas. Entendo que a regularização de templos e entidades religiosas é uma matéria que a CLDF continua apoiando. E, ainda, as questões de uso e ocupação do solo na área tombada e nas demais cidades. Estamos intensificando os debates sobre a LUOS, uma vez que o PPCUB está retido no Conplan [Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF].

Quais as principais votações previstas para este semestre?

Projetos na área de regularização de parcelamentos urbanos e projetos de natureza ambiental, como o que trata da Bacia do São Bartolomeu. E temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Legislativo: espaço aberto para reivindicações e

Silvio Audeh/CLDF



Distritais destacam o aumento da participação popular nas atividades da CLDF e a importância da contribuição cidadã para a solução dos problemas coletivos

Uma Casa cada vez mais próxima da população e em sintonia com a voz das ruas. Os debates se intensificam na Câmara Legislativa, que recebe milhares de pessoas nas audiências públicas, comissões gerais e outras atividades promovidas pelos deputados distritais, dentro e fora da sede. A busca de soluções para os problemas coletivos ganha força nesta legislatura e estimula a participação popular na luta por reivindicações, como regularização de terrenos, reajustes salariais, melhorias na educação pública e alteração de leis que afetam o bem-estar da comunidade, entre outros temas de interesse da população do DF.

A Câmara Legislativa é um espaço privilegiado para o encaminhamento de demandas populares e intermediação de conflitos. É no Legislativo, por exemplo, onde leis são aperfeiçoadas ou rejeitadas após acalorados debates em audiências públicas. Os desdobramentos dessa interação entre sociedade civil e autoridades pautam deliberações em plenário, nas comissões permanentes da CLDF e aprimoram políticas públicas do governo do Distrito Federal.

Deputados distritais, dos mais variados partidos, destacam a promoção de debates envolvendo os cidadãos e o aumento da participação popular na discussão das proposições que tramitam na Câmara Legislativa como pontos fortes desta legislatura, iniciada em 2011. É consenso entre os parlamentares, que a CLDF está se tornando cada vez mais um espaço de mediação entre governo, parlamentares e cidadãos.

Olair Francisco (PTdoB) observa que os cidadãos

estão mais conscientizados e encorajados a participar dos temas públicos. “A presença da comunidade nas audiências públicas e comissões gerais reflete a construção de uma cidadania ativa que, por consequência, eleva o cidadão da condição de passivo espectador à de deliberador nas decisões de nossa cidade”, analisa o deputado.

O vice-presidente da Câmara Legislativa, Agaciél Maia (PTC) avalia como “positiva” a participação cidadã no Legislativo. “As comissões gerais e audiências públicas são mecanismos obrigatórios de gestão pública em temas importantes que dizem respeito à população. Na Câmara temos conversado com as pessoas, ouvindo-as e discutindo os principais problemas que as afligem. Mas ainda observamos que para a construção de um DF melhor é preciso aumentar esse percentual de participação popular”.

A deputada distrital Liliane Roriz (PRTB) destaca que, além de ouvir a população, o Legislativo precisa lutar para garantir a aprovação das reivindicações populares. “Já contabilizamos várias conquistas dos servidores, mas poderíamos ter contemplado mais carreiras se houvesse mais boa vontade do governo em ouvir as necessidades do serviço público”, adverte.

Aprimoramento

O Legislativo é o espaço para discussão de novas leis e fiscalização dos gastos públicos e ações do poder Executivo. Para cumprir essas atribui-

ções, os deputados distritais contam com a participação da sociedade, seja por meio de sugestões, críticas, relatos e apresentação de denúncias. “A democracia representativa se aperfeiçoa e se qualifica com a participação direta da cidadania. Daí a importância das audiências públicas e dos eventos que incentivam a democracia participativa”, enfatiza a deputada distrital Arlete Sampaio (PT), líder de governo na CLDF.

Na mesma linha, o deputado Prof. Israel Batista (PV) afirma que “a participação popular nos debates da Casa é fundamental e permite um processo conjunto de construção. Tudo conectado com as reais condições e expectativas da população, que é a maior interessada. Sem isso, ficaríamos na superfície de questões que são relevantes para a cidade”.

A deputada Celina Leão (PDT) argumenta que “os debates promovidos pela Câmara dão voz ao povo na tomada de decisões, daí a importância da participação popular nesses debates, que podem dar um novo rumo nas propostas a serem apreciadas por nós”, observa Celina Leão (PDT).

“Muita gente pensa que o trabalho da Câmara Legislativa se resume às votações em plenário. Ignora todo o trabalho que é feito no aprimoramento de matérias que dizem respeito a toda a sociedade. As audiências públicas e debates realizados pela CLDF impediram, por exemplo, que o PPCUB (projeto que altera normas do conjunto urbanístico de Brasília) fosse aprovado a toque de caixa”, constata a deputada Eliana Pedrosa (PPS).

“Leis são aperfeiçoadas ou rejeitadas após acalorados debates”

manifestações populares



Carlos Gandra/CLDF



Sivivo Abdon/CLDF



Sivivo Abdon/CLDF

Câmara Legislativa atua como mediadora de conflitos

A Câmara Legislativa vivenciou, durante o mês de abril e parte de maio, um de seus maiores desafios no papel de mediadora de conflitos, atuação que é ainda pouco conhecida. Uma grave crise atingiu a área de assistência social do GDF, com greve de mais de 40 dias, que deixou desassistidos moradores de rua, adolescentes em conflito com a lei e outros segmentos que necessitam do atendimento dos assistentes sociais. Servidores, deputados e o próprio governo ficaram divididos num embate que só terminou em 13 de maio, com a aprovação de dois projetos de lei em plenário.

Como em muitos outros casos, a Câmara Legislativa foi palco das discussões e tratativas entre representantes dos servidores e o governo. Durante as sessões deliberativas, as galerias do plenário estiveram lotadas pelos dois grupos antagônicos que se criaram na carreira de assistência social. Alguns servidores chegaram a passar a noite na sede do Legislativo, para pressionar os deputados. O racha teve início quando o GDF enviou à Câmara um projeto de lei (PL nº 1.851/2014), que criou uma nova carreira (socioeducativa) dentro daquela já existente car-

reira da assistência social. A proposta aglutinou trabalhadores que atuam por meio de medidas socioeducativas, voltadas para adolescentes infratores em regime de internação.

Todos os servidores abrangidos pelo PL 1.851, os chamados atendentes de reintegração social (ATRS), são da Secretaria da Criança. Embora haja assistentes sociais em vários órgãos, a maioria se concentra na Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedest). São cerca de 3.500 assistentes sociais e 400 ATRS.

Liberdade assistida

Há assistentes sociais que também trabalham com medidas socioeducativas, mas que discordavam da criação da carreira, como era o caso de Fábio Félix, da Unidade de Internação de São Sebastião, e de Tiago de Miranda, da Unidade de Atendimento em Meio Aberto de Planaltina. Este último trabalha com adolescentes em liberdade assistida ou que prestam serviços à sociedade.

Os dois acham que os ATRS, profissionais que trabalham com adolescen-

Temas de interesse dos cidadãos têm espaço garantido

Logo no começo do ano, os deputados distritais realizaram audiência pública e reuniões na Câmara Legislativa para discussão da crise na segurança pública, em virtude da greve na Polícia Militar. Centenas de policiais lotaram a Casa, durante vários dias, na busca de negociação com o governo, intermediada pelos parlamentares.

Em fevereiro, audiências públicas debateram os problemas de infraestrutura urbana, no setor habitacional Ponte da Terra, no Gama; a manutenção das atividades originais da Granja do Torto, com a presença de produtores rurais no plenário; e medidas de prevenção e tratamento de doenças contagiosas.

Um dos eventos de maior destaque, em março, foi a audiência pública no plenário que discutiu a necessidade de maior combate à violência contra a mulher. Mas o debate com maior participação popular, que atraiu centenas de professores e demais servidores da área da educação, foi sobre a tramitação e aprovação do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) nas escolas públicas.

Lei do Silêncio

Audiências abordaram o aumento da ocorrência do tráfico humano - tema da Campanha da Fraternidade, trazida à Câmara Legislativa pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - e ainda a proposta de mudanças na Lei do Silêncio. A reivindicação foi exposta por músicos, produtores culturais e comerciantes. O objetivo é ampliar os limites sonoros para viabilizar a realização de eventos em locais públicos e apresentação de música ao vivo em bares e casas noturnas, no entanto, a proposta enfrentou resistências de líderes comunitários, provocando muita discussão em plenário.

A Câmara promoveu e abrigou debate em audiência pública sobre propostas de melhorias na mobilidade

urbana. Moradores aproveitaram para fazer muitas reclamações contra a falta de conforto e segurança do sistema de transporte público.

A CLDF também discutiu, em comissão geral, alternativas para a redução da dívida pública. O evento atraiu especialistas em finanças públicas bem como representantes de entidades de defesa dos contribuintes.

Educação

Abril começou na Câmara Legislativa com muitos debates sobre temas de interesse da comunidade. Estudantes da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS), que foram afastados da faculdade por erro de processamento do Cespe, participaram em grande número do debate promovido pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) para tentar reverter aquela decisão.

Também em abril, outros temas da área da educação pública foram debatidos em plenário. Uma comissão geral discutiu, por exemplo, mudanças no Plano Distrital de Educação. Audiência pública debateu, no assentamento Mestre d'Armas, em Planaltina, problemas de funcionamento das escolas rurais. E no auditório da Câmara Legislativa dezenas de professores participaram de audiência pública, cobrando mais investimentos do governo na educação rural.

A concretização da reforma agrária e a expectativa de paz no campo foram temas de audiência pública que levaram agricultores e técnicos de órgãos ligados às questões fundiárias ao auditório da Câmara Legislativa. Outra proposta discutida, que atraiu representantes de empresas de prestação de serviços e segurança, foi o projeto do GDF que estabeleceu a mudança na inversão de fases nas licitações públicas. A mudança foi tema de audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

tes em regime de internato ou semi-internato, têm como foco a internação, as medidas punitivas, enquanto eles visam à ressocialização e o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Nosso trabalho é pedagógico”, rebate Lucian Rocha, diretor de comunicação do sindicato dos ATRS. “Por meio das medidas socioeducativas que aplicamos, os adolescentes saem da internação mais preparados para serem reintegrados à sociedade.



Câmara Legislativa é palco de discussões e tratativas entre governo e servidores

Nosso papel não é assistencial”, completa.

Após muitas reuniões e debates para se tentar chegar a um texto que contemplasse ambos os grupos, o governo concordou em enviar à Casa um novo projeto de lei (PL nº 1.901/2014) atendendo algumas das reivindicações dos assistentes sociais. A principal delas era a criação de um comitê gestor da política de assistência social.

O texto original do PL 1.851 transformou-se em um substitutivo apresentado pelos deputados Arlete Sampaio (PT), Celina Leão (PDT), Wasny de Roure (PT), Eliana Pedrosa (PPS) e Washington Mesquita (PTB) na Comissão de

Assuntos Sociais (CAS). Os dois projetos foram aprovados no dia 13 de maio, exatos 40 dias após o primeiro projeto de lei dar entrada na Câmara.

Denúncias

Em audiência pública dia 30 de abril, representantes do Sindmetrô relataram problemas sérios nos sistemas de comunicação e segurança, falhas que podem ocasionar acidentes graves, entre outros problemas. Em maio, a categoria resolveu iniciar greve, e vários deputados distritais entraram em campo para ir ao GDF e tentar intermediar uma solução que evitasse a paralisação do metrô.

Outro tema que está envolvendo cidadãos de todo o Distrito Federal, GDF, entidades de arquitetos, urbanistas, construtores e imobiliárias é o projeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS). Retirado da Câmara no ano passado pelo GDF, por falta de acordo para que continuasse tramitando, o projeto está de volta à Casa para novas discussões e possível votação. É um debate importante, pois a proposta estabelece parâmetros urbanísticos e normatização para uso e ocupação do solo para mais de 700 mil imóveis no DF.

CLDF retoma encontros com legisladores do Entorno

Programa “O Entorno presente na Câmara Legislativa do Distrito Federal” visa a buscar soluções para problemas que afetam o DF e os 22 municípios da Ride

Carlos Gandra/CLDF



Câmara Legislativa quer criar uma articulação permanente dos deputados distritais com os vereadores

Como parte das ações do programa “O Entorno presente na Câmara Legislativa do Distrito Federal”, o Legislativo local realizou encontro no final de abril para discutir agricultura familiar.

A ideia do programa – resultado do 1º Encontro dos Legisladores da Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno (Ride), realizado em junho do ano passado na CLDF – é criar uma articulação permanente dos vereadores do Entorno com os deputados distritais. O objetivo é buscar soluções para os problemas decorrentes da relação do DF com os 22 municípios cuja população, em grande parte, trabalha no Distrito Federal e usa seus serviços públicos. Desses municípios, 19 são de Goiás e três de Minas Gerais.

“O Distrito Federal é pressionado por essa demanda adicional e tem uma responsabilidade, uma vez que boa parte da mão de obra local vem desses municípios”, explica o deputado Wasny de Roure (PT), à frente do Legislativo do DF. “Mas os governos dos estados vizinhos, assim como o governo federal, também precisam contribuir, porque têm suas responsabilidades”, acrescentou.

No ano passado, a CLDF realizou debates sobre saúde,

transportes e segurança, e a Casa promoveu, por meio da Escola do Legislativo (Elegis), cursos sobre Lei Orçamentária Anual e elaboração de projetos básicos e de termos de referência, voltados para vereadores e assessores.



Os principais resultados do programa se deram na área da agricultura familiar, sobretudo a que é praticada nos assentamentos

“Muitas vezes o município tem direito a um recurso do governo federal, mas não o utiliza porque não conta com pessoas preparadas para elaborar um edital ou um projeto básico”, explica Carlos Gomes, assessor responsável pela organização dos encontros.

Os principais resultados do programa da CLDF, segundo Gomes, se deram na área de agricultura familiar, sobretudo a que é praticada nos assentamentos. O GDF contratou 60 técnicos para atuar na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e montar escritórios em todos os municípios da Ride.

O governo do DF também assinou convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no valor de R\$ 20 milhões, para a aquisição de máquinas agrícolas. Já na área da saúde surgiu a ideia de levar a Carreta da Mulher aos municípios do Entorno, o que deve ser concretizado ainda este ano.

Pontapé inicial para a instalação da TV Distrital

A Câmara Legislativa deve lançar até o final deste mês o edital de licitação para contratar empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento técnico-operacional e de gestão administrativa da TV Distrital.

Com a implantação da TV, a Casa vai cumprir o que determina a Lei Federal nº 8.977/95, que permite ao Congresso Nacional, assembleias estaduais, câmaras de vereadores e à Câmara Legislativa terem canais próprios de televisão. No DF, a TV Distrital é transmitida pelo canal 9 da NET. Ela entrou no ar pela primeira vez em 1º de fevereiro de 2005, e sua programação foi interrompida em 2010.

Para o presidente da CLDF, deputado Wasny de Roure (PT), a retomada do projeto da TV Distrital é fundamental para que a população do Distrito Federal entenda, acompanhe, confira e fiscalize o trabalho daqueles que elegeu para representá-la no Poder Legislativo da capital do País.

“Teremos uma TV com a estrutura necessária para divulgar os trabalhos dos parlamentares e permitir que os cidadãos e cidadãs de Brasília participem diretamente do processo legislativo, como a elaboração de leis, debates, audiências públicas, votações e decisões que vão impactar a vida de todos”, afirma o presidente.

Tradicional defensor da implantação de uma TV legislativa da CLDF, o vice-presidente da Casa, Agaciel Maia (PTC), aponta o veículo como um “poderoso instrumento de avaliação da atuação do Poder”.

O projeto básico da proposta para a implantação da TV Distrital prevê a produção sob demanda de programas televisivos e multimídia voltados à divulgação dos atos da CLDF.

Os critérios da ampla concorrência pública que a Câmara Legislativa vai lançar baseiam-se, em grande parte, em edital produzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a criação da TV Justiça.

Rede legislativa

A TV Distrital transmitirá, diariamente, 24 horas ininterruptas de programação voltada à população do DF e Entorno, pelo canal 9 da NET e pelo canal público e aberto que será disponibilizado pela Câmara dos Deputados, em acordo de cooperação técnica a ser firmado. Toda a transmissão será em alta definição.

A grade de programação contará, também, com programas de outras TVs públicas, que fornecerão material complementar à grade da TV Distrital.

Comunicados e pronunciamentos

Pesquisa agropecuária

O deputado Joe Valle (PDT) é um dos críticos do projeto do governo do Distrito Federal que pretende transformar em zona urbana a área ocupada atualmente pela Embrapa Cerrados na BR-020, próximo a Planaltina. A polêmica sobre a destinação do terreno tem sido tema de recorrentes pronunciamentos do parlamentar na tribuna do plenário da Câmara Legislativa. O objetivo do GDF é implantar um programa habitacional na área hoje ocupada pela empresa de pesquisa.

“O terreno em questão vem sendo sondado há 25 anos. Se houver descontinuidade das pesquisas em agricultura e pecuária, os trabalhos voltarão à estaca zero e serão necessários

mais 25 anos apenas para se chegar ao estágio atual”, lamenta o distrital.

Silvio Abdon/CLDF



Metrô-DF

A situação do Metrô-DF ganhou destaque na Câmara Legislativa no mês de maio. Além de pronunciamentos em plenário, a questão foi tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Após denúncias de falta de capacitação dos metroviários e de falhas na manutenção dos trens e no sistema de comunicação por rádio, membros do colegiado visitaram a estação de Águas Claras e o centro de operações da companhia.

“Estamos lidando com vidas”, advertiu a deputada Celina Leão (PDT), presidenta da CAS, ao ouvir na audiência pública o relato de incêndio em vagão do metrô no começo deste ano. Celina também alertou os metroviários para que se mobilizem contra as tentativas de terceirização da companhia.

Silvio Abdon/CLDF



Direito de defesa

Diante dos recentes casos de linchamentos e do crescente sentimento na população de que se deve “fazer justiça com as próprias mãos”, o deputado Chico Leite (PT) foi à tribuna do plenário debater a importância de se garantir o direito de defesa. “Alguns valores do Estado de Direito estão sendo desvirtuados. É importante que escutemos o outro lado, escutemos a outra parte; nunca acreditemos nas visões parciais”, ponderou.

O distrital demonstrou preocupação com o número de pessoas que comentam – às vezes, em tom de brincadeira – ser legítimo fazer justiça com as próprias mãos, para compensar a omissão do poder público. “Geralmente é com os outros, nunca com os seus. Não sabem que, amanhã, o

acusado pode ser o acusador de hoje. É preciso fazer essa reflexão”, afirmou.

Silvio Abdon/CLDF





A Casa do Cantador, projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, desde 1986 contribui para preservar a tradição



**Foi feita a remoção
Que todo mundo esperava
Pois ter o próprio lote
Com isto todos sonhavam
Porém agora é que veio
O que ninguém aguardava**

(Joaquim Bezerra, *Terracap contra a Ceilândia*)

Região mais habitada do Distrito Federal e com a maior taxa de crescimento populacional, Ceilândia – cujo início se deu como assentamento para abrigar a população que residia nas invasões (*leia box*) –, mantém uma forte autonomia em relação ao Plano Piloto. Com cerca de 450 mil moradores (16% de todo o DF), os ceilandenses conseguem atender à quase totalidade de suas necessidades sem precisar sair da cidade.

Segundo a última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), da Codeplan, mais da metade da população da região já é composta por cidadãos nascidos em Brasília. Entre os atuais migrantes, a maioria é natural do Nordeste – como muitos dos seus primeiros habitantes –, o que reforça o caráter da cidade, ligada especialmente às tradições daquela parte do País.

Não por acaso está situada em Ceilândia a Casa do Cantador, centro cultural assinado por Oscar Niemeyer, que contribui desde 1986 para a preservação do cordel e das cantorias, das festas juninas, do forró e festivais de repentistas, que atraem artistas e público de vários estados. Outro dado que reforça o caráter da “nordestinidade” da região é a presença de muitas feiras livres, que comercializam os mais diversos tipos de produtos.

“A feira é um local de encontro”, comenta o deputado Chico Vigilante (PT), que reside na cidade desde 1977. Na sua avaliação, Ceilândia já superou muitos dos problemas iniciais e hoje vive seu melhor momento. “Saímos de um

amontoado de barracos para uma cidade promissora, com jeito de metrópole. O setor produtivo inclusive já descobriu o seu potencial econômico”, comemora.

“É claro que ainda há problemas, como em qualquer local, mas o estigma que recaía sobre a população foi superado. A Ceilândia congrega as mais diversas culturas. É uma cidade alegre, um celeiro de artistas. Hoje, os seus habitantes, principalmente os mais jovens, se orgulham de residir na região”, destaca.

Mudança radical

Mesmo preservando tradições mais ligadas a sua origem, a Ceilândia não ficou parada no tempo. As novas gerações fizeram a cidade se tornar conhecida, inclusive nacionalmente, pela nova arte produzida na localidade: o rap e o grafite, ambos gêneros do movimento *hip hop*. O Câmbio Negro, grupo que tinha X como vocalista, gravou discos e ganhou prêmios de música.

Também repercutem na cena musical o Tropa de Elite e o Viela 17, entre outros.

“No final dos anos 1980, houve uma mudança radical. Começaram a surgir, no Quarentão, antigo centro cultural, na área central da cidade, grupos de rap responsáveis por uma nova experiência que intensificou a identidade cultural dos jovens com a Ceilândia”, observa o cineasta Adirley Queirós, cuja filmografia é focada no processo histórico-cotidiano da cidade.

O diretor é autor, entre outros, dos premiados *Rap, o canto da Ceilândia*, *A cidade é uma só?* e *Dias de greve*, curta-metragem que venceu o *Troféu Câmara Legislativa do DF*, em 2009, e integra o Ceicine – Coletivo de Cinema em Ceilândia. “Existe um forte sentimento de pertencimento, ocasionado, certamente, pela própria condição dos jovens como participantes da história diária da construção da Ceilândia”, acrescenta.

Há estudos que apontam ser o rap descendente direto do repente. Seria, portanto, natural que o movimento *hip hop* florescesse em Ceilândia. “Saímos do repente, que está relacionado com um lugar de origem, para o rap, que promove a ressignificação da palavra”, avalia o diretor.

>> Saiba mais

Vanguarda modernista não chegou à periferia

Em 1967, o diretor Joaquim Pedro de Andrade, um dos mais importantes do Cinema Novo, realizou o filme *Brasília, Contradições de uma Cidade Nova*, que revelava – fugindo da expectativa inicial dos patrocinadores – a periferia pobre da Capital, divulgada ao mundo inteiro apenas pelo lado arquitetônico-monumental. O filme foi proibido.

Dois anos após esse episódio, cerca de 80 mil pessoas – muitas das quais ex-trabalhadores da construção – habitavam favelas. Para solucionar o problema, o governo criou a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e, em 1971, deu início à remoção dos moradores para uma área ao norte de Taguatinga. Em 27 de março daquele ano, chegaram os primeiros assentados à área que se tornaria Ceilândia. As remoções prosseguiram até os anos 1980.

Essa história é retomada mais de quatro décadas depois no documentário *Plano B*, dirigido por Getsemane Silva, vencedor do Troféu Câmara Legislativa do DF (*leia mais na página 8*) nas categorias melhor filme e melhor montagem, em 2013. A produção parte do filme de Joaquim Pedro para entender “porque a vanguarda modernista não chegou aos subúrbios”.



**Respeito todas as quebradas, becos e vielas
Quebras cabulosas, satélites e qualquer favela
Todas se parecem muito, só que a Ceilândia é diferente
Na nossa quebrada, a parada é mais quente**

(Câmbio Negro, *Ceilândia, Revanche do Gueto*)

Exposição *Memórias Femininas na Construção de Brasília* resgata importância das mulheres na história da Capital

Coragem, sensibilidade e determinação foram alguns dos sentimentos comuns a centenas de mulheres que aderiram ao sonho de Juscelino Kubitschek. Elas tiveram papel fundamental na construção de Brasília e na formação da cultura candanga, mas foram pouco lembradas após a inauguração da cidade. A mostra *Memórias Femininas na Construção de Brasília*, a ser exposta na Câmara Legislativa no início do segundo semestre, resgata os primórdios da construção da capital pelo olhar das primeiras mulheres que aqui chegaram vindas de todas as partes do Brasil e do exterior.

A exposição foi idealizada pela pesquisadora brasiliense Tânia Fontenele, filha de pioneiros da cidade. Com a colaboração de mulheres candangas e suas famílias, do Arquivo Público do Distrito Federal, do Museu Vivo da Memória Candanga e da Biblioteca Setorial da 108/308 Sul, Tânia conseguiu reunir um acervo formado por documentos, roupas, objetos e imagens raras das primeiras edificações e dos primeiros moradores da nova capital.

Espaço cenográfico

Com o propósito de mostrar aos mais distintos públicos – especialmente às novas gerações – como viviam as candangas, a exposição conta com um espaço cenográfico recompondo esse universo. A reconstrução de ambientes domésticos e de trabalho da época só é possível graças a diversos e variados pertences cedidos, tais como

peças de mobiliário, vestuário, utensílios de cozinha, cartas, documentos e fotos.

Tânia Fontenele realizou também, em codireção com Tânia Quaresma, o filme *Poeira & Batom no Planalto Central – 50 mulheres na construção de Brasília*. O filme foi lançado como livro/DVD em 2010 e apresenta a história de Brasília a partir de relatos e testemunhos de 50 mulheres pioneiras da cidade, incluindo parteiras, lavadeiras, médicas, cozinheiras, prostitutas, enfermeiras, professoras, donas de casa, mães e esposas. O documentário acompanha a exposição *Memórias Femininas da Construção de Brasília*.



Temos a obrigação de resgatar essa memória, reparando a invisibilidade histórica

Para que a história da participação das mulheres na origem da capital não se perca, Tânia pretende prosseguir com o trabalho de coleta de depoimentos e dados históricos, restaurando e consolidando essas memórias. Ela observa que muitas mulheres pioneiras da cidade – que aqui chegaram entre os 20 e os 35 anos, permanecendo anônimas – hoje se encontram com idade avançada. Assim, há gran-



Tânia Fontenele reuniu acervo formado por documentos, roupas e objetos da época

de possibilidade de se perder toda essa memória oral, caso não seja realizado esse trabalho de pesquisa com a devida agilidade.

“A participação das mulheres na história da construção da capital federal merece reconhecimento e visibilidade. Temos a obrigação de resgatar essa memória para as novas gerações, buscando reparar essa invisibilidade histórica com a devida inscrição e valorização do papel político, social, cultural e econômico que assumiram”, ressalta Tânia.

A curadora

Nascida e criada em Brasília, Tânia Fontenele, economista de forma-

ção, é pós-graduada em Administração e Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas e Gênero pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, realizou pesquisas sobre o poder e lideranças de mulheres no Civil Service College Ascot, em Londres. É autora do livro *Mulheres no topo de carreira – flexibilidade e persistência*, editado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, e organizadora da publicação *Trabalho de Mulher: mitos, ritos e transformações*. Realizou e dirigiu também o documentário *A corrida das 5.300 mulheres em Brasília*, no formato Super 8, em 1985.

Troféu Câmara Legislativa distribui R\$ 200 mil ao cinema da cidade

O Troféu Câmara Legislativa do Distrito Federal, criado para reconhecer e estimular a produção cinematográfica do DF, chega a sua 19ª edição e distribuirá R\$ 200 mil aos melhores filmes da cidade. Os prêmios são entregues durante o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro – mais antiga e tradicional festa do cinema nacional – que acontecerá no segundo semestre deste ano, no Cine Brasília.

A premiação, concedida anualmente, é dividida em 14 categorias. E para participar do certame, a exemplo do ano passado, os cineastas deverão se inscrever diretamente na Câmara Legislativa. De acordo com o regulamento, as inscrições podem ser feitas via Correios ou pessoalmente.

Podem participar, exclusivamente, produções do Distrito Federal. Os filmes não precisam ser inéditos, mas, obrigatoriamente, devem ter sido concluídos a partir de 1º de agosto de 2013. Uma comissão composta por cinco especialistas na área de cinema irá selecionar as produções que serão exibidas na Mostra Bra-



Troféu CLDF chega, em 2014, a sua 19ª edição

sília durante o 47º Festival de Brasília.

Em 2013, 69 filmes se inscreveram para concorrer ao Troféu Câmara Legislativa do DF: 11 longas e 58 curtas, entre documentários, ficções e animações. Desse total, foram selecionados 22 títulos (quatro longas e 18 curtas), constituindo um panorama da produção cinematográfica da cidade.

Nas 18 edições realizadas, o Troféu premiou 59 filmes, entre longas, curtas (em 35mm e 16mm) e vídeos, além de categorias técnicas. A CLDF já investiu cerca de R\$ 1,6 milhão no cinema brasiliense, por meio dos prêmios. Mais informações estarão disponíveis, em breve, no portal da CLDF (www.cl.df.gov.br/trofeu-camara-df).



Concurso escolherá escultura para a CLDF

Brasília foi construída sob o símbolo da arte. São muitos os exemplos pela cidade de esculturas, murais, relevos, painéis de azulejos e vários materiais, além de outras formas de representação artística inseridas nos projetos arquitetônicos. Em frente ao Itamaraty, por exemplo, se encontra o icônico “Metéoro”, de Bruno Giorgi, e na Praça dos Três Poderes várias obras podem ser vistas.

O que já era uma tradição na cidade virou lei em 1999 com a aprovação, pela Câmara Legislativa do DF, de proposição (alterada em 2001) que determina a colocação de uma obra de arte, num lugar de destaque, em todo edifício ou praça com área igual ou superior a mil metros quadrados.

A Lei nº 2.691/2001 determina que o trabalho artístico deve ser original e realizado, preferencialmente, por artista do Distrito Federal. Entretanto, apesar de buscar a valorização do artista local, a legislação não faz reserva de mercado. Prova disso é o concurso público de alcance

nacional que a Câmara Legislativa está realizando para escolher uma escultura que irá completar sua sede.

O edital está disponível no portal da CLDF (www.cl.df.gov.br) e podem participar cidadãos brasileiros e estrangeiros domiciliados no País, maiores de 18 anos. O vencedor será escolhido entre os projetos (que inclui além de protótipo, diversos requisitos dispostos no edital) enviados até o dia 15 de julho de 2014. A comissão julgadora será composta por cinco especialistas no tema, incluindo representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A escultura, com altura mínima de 2,80m, será afixada na entrada principal da Casa (foto) e terá como tema inspirador “Democracia Representativa e Participativa”. O concurso está sendo coordenado pelo Conselho Curador de Cultura, criado com o objetivo de inserir a Câmara Legislativa no roteiro cultural do Distrito Federal, além de fomentar a arte e o conhecimento.